



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Paraíba

Campus

Patos

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS**

**LIDYANE CRISTINA GALDINO LEAL**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO  
REGULAR: O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS**

**PATOS - PB  
2021**

**LIDYANE CRISTINA GALDINO LEAL**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO  
REGULAR: O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – *Campus* Patos, como requisito para obtenção do título de Especialista em Libras.

**Orientadora:** Profa. Ma. Ielba Valeska de Farias Sousa

**PATOS – PB  
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CAMPUS PATOS/IFPB

L435i Leal, Lidyane Cristina Galdino  
A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular: o desafio de uma educação para todos/  
Lidyane Cristina Galdino Leal. - Patos, 2021.  
18 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.  
Orientadora: Profa. Ma. Ielba Valeska de Farias Sousa

1. Inclusão 2. Alunos com deficiência 3. Ensino regular I. Título.

CDU – 376

**LIDYANE CRISTINA GALDINO LEAL**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO  
REGULAR: O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba – Campos Patos, como requisito para obtenção do título de Especialista em Libras.

APROVADO EM: 27 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

*Ielba Valeska de Farias Sousa*

Profa. Ma. Ielba Valeska de Farias Sousa (Orientadora)

*Juliana Maria Soares dos Santos*

Juliana Maria Soares dos Santos (Examinador)  
SEDUC- Cabaceiras- PB

*Joseilda Alves de Oliveira*

Ma. Joseilda Alves de Oliveira (Examinador)  
SEDUC- Malta- PB

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objeto investigar a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Desta forma, tratou-se como problema, reconhecer se é possível propiciar a aprendizagem e incluir, de maneira efetiva, os alunos com deficiência no ensino regular. O trabalho apresenta embasamento teórico estruturado com base em autores como Rocha (2017), Dessen e Polonia (2007), Brasil (2007), Bruno (2006), Miranda (2004), Michels (2013), Lima (2006), Ferreira (2018), Fernandes (2019) e outros que enfocam os assuntos relacionados ao tema. Da mesma forma, para tornar este estudo eficiente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e exploratória de caráter qualitativo. Compreendemos a partir das leituras realizadas, que a Educação Inclusiva no Brasil tem desfrutado de uma série de conquistas na última década, por outro lado, ainda enfrenta vários desafios e retrocessos. A partir das reflexões realizadas, percebemos que a escola precisa mudar sua postura diante da Educação Especial e da Inclusão, sendo necessário reformular as suas ações e práticas pedagógicas, indicando assim, a necessidade do acompanhamento e avaliação das políticas adotadas, bem como a formação continuada e a qualificação dos professores. Ainda citamos como exemplo a parceria entre a escola e a família no que diz respeito ao sentido de garantir a efetivação de escolas que assegurem o sucesso escolar dos alunos. Entretanto, sabemos que este é um longo caminho a ser trilhado, mas que já conta com alguns avanços em termos de políticas públicas, como as ações positivas a serem desenvolvidas na busca pela garantia de uma melhor qualidade na educação que é ofertada aos alunos com deficiência.

**Palavras-chaves:** Inclusão. Alunos com deficiência. Ensino regular.

## **ABSTRACT**

This research aims to investigate the inclusion of students with disabilities in regular education. Thus, it was treated as a problem, to recognize if it is possible to provide learning and to effectively include students with disabilities in regular education. The work presents a structured theoretical basis based on authors such as Rocha (2017), Dessen e Polonia (2007), Brasil (2007), Bruno (2006), Miranda (2004), Michels (2013), Lima (2006), Ferreira (2018), Fernandes (2019), and others that focus on issues related to the topic. Likewise, to make this study efficient, a qualitative bibliographic and exploratory research was carried out. We understand from the readings that Inclusive Education in Brazil has enjoyed a series of achievements in the last decade, on the other hand, it still faces several challenges and setbacks. From the reflections, we realized that the school needs to change its attitude towards Special Education and Inclusion, being necessary to reformulate its pedagogical actions and practices, indicating the need for monitoring and evaluating the adopted policies, as well as continuing education and qualification of teachers. We also cite as an example the partnership between the school and the family with regard to the sense of guaranteeing the implementation of schools that ensure the academic success of students. However, we know that this is a long way to go, but that it already has some advances in terms of public policies, such as positive actions to be developed in the search for the guarantee of a better quality of education that is offered to students with disabilities.

**Keywords:** Inclusion. Students with disabilities. Regular education.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 A educação inclusiva de alunos com deficiência .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 A escola diante do desafio da educação inclusiva .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2.1 O AEE no enfrentamento aos desafios da educação inclusiva.....</b>	<b>14</b>
<b>2.3 O papel do professor na educação inclusiva .....</b>	<b>15</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos com deficiência nas classes regulares de ensino, vem sendo discutida e pesquisada desde a década de noventa. Segundo aponta Michels (2013), a política nacional da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, está sendo implantada desde o ano de 2007 e enfrenta dificuldades de sua implementação nas escolas, principalmente pela falta de investimentos em recursos materiais, bem como na formação continuada dos professores, o que acaba gerando dificuldades no atendimento de alunos com deficiência na rede regular de ensino.

O conceito de inclusão, segundo Michels (2013), se atribui a um movimento histórico de lutas, das pessoas com deficiência, ao acesso à educação, tendo como uma de suas bases principais, a educação especial. A educação inclusiva vem gerando o debate estridente entre educadores, gestores, pessoas com deficiência e interessados no assunto.

Neste sentido, o tema dessa pesquisa acadêmica justifica-se pela inquietação a respeito da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, pautado nos desafios encontrados no processo de ensino aprendizagem desses educandos, além disso, também levamos em consideração o papel da escola, da família e dos professores.

A partir da minha experiência na função de professora do ensino regular, surgiram diversas inquietações oriundas de situações nas quais me encontrei de mãos atadas ao lidar com alunos com necessidades especiais devido à falta de infraestrutura adequada na instituição, materiais de apoio insuficiente, falta de suporte de um profissional qualificado e diversos outros motivos. Como resultado dessas angústias, e sem a preparação adequada para atender as necessidades dos alunos, me senti angustiada por não conseguir facilitar o conhecimento dos meus alunos e ao mesmo tempo promover a inclusão em um ambiente tão heterogêneo.

Desta forma, surgiu a seguinte pergunta de pesquisa: “É possível propiciar aprendizagem e realmente incluir os alunos com deficiência, no ensino regular? ”. Com relação ao nosso objetivo geral, tratamos de investigar a inclusão de alunos com deficiências no ensino regular e, nossos objetivos específicos voltou-se para discutir o papel da escola diante do desafio da educação inclusiva; refletir sobre o papel do professor e a contribuição para a inclusão dos alunos com deficiências.

A pesquisa bibliográfica busca desenvolver os seguintes tópicos:

- A educação inclusiva de alunos com necessidades especiais;



- A escola diante do desafio da educação inclusiva e o papel do professor como facilitador desse processo.

Para isso, estruturamos nossa pesquisa nos seguintes autores: Rocha (2017), Dessen e Polonia (2007), Brasil (2007), Bruno (2006), Miranda (2004), Michels (2013), Lima (2006), Fernandes (2019), dentre outros que discorrem sobre os assuntos relacionados ao tema.

Dessa forma, entendemos que a escola tem um grande desafio a ser resolvido, pois, precisa promover e proporcionar o acesso e a permanência de todas as crianças com necessidades educacionais especiais, garantindo o aprendizado das mesmas e buscando a construção de uma nova escola que atenda todos os públicos de maneira efetiva, alicerçada nos princípios de uma sociedade democrática. Segundo aponta Fernandes (2019), as escolas devem se adaptar às necessidades especiais dos estudantes, para que todos possam aprender juntos através de uma formação benéfica. Afinal, as diferenças não são um problema pois a diversidade agrega valores.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A educação inclusiva de alunos com deficiência**

A escola é um lugar de troca de conhecimentos e este espaço deve garantir o aprendizado de todos os alunos, sendo estes especiais ou não. É necessário que haja garantia da inclusão dos estudantes com deficiência e que estes, sejam inseridos no processo de construção do conhecimento. (ALVES, TAVARES, SILVA, 2013).

Para Ferreira (2010, p. 93) “[...] incluir é o mesmo que compreender, que por sua vez, quer dizer entender, alcançar com a inteligência”. Dessa forma, toda a comunidade escolar aprenderá a respeitar as diferenças e conseqüentemente a se relacionar com as crianças que serão incluídas nesta escola.

Segundo Mrech (1998), a proposta de Educação Inclusiva surgiu em 1975 nos Estados Unidos, abrindo possibilidades para a entrada de alunos com deficiência na escola comum. A proposta de Educação Inclusiva (1996), recomenda que todos os indivíduos com deficiência sejam matriculados em turmas regulares, baseando-se no princípio de educação para todos.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, proporcionou as reformulações necessárias para que haja uma oferta de ensino capaz de promover a aprendizagem de todas as crianças nas escolas regulares, pois

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. (BRASIL, 2007, p.9).

A inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, pois é necessário incluir também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade, fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais. (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16).

Entretanto, compreendemos, juntamente com Lazzaretti e Freitas (2016), que são necessárias muitas mudanças para que os alunos com deficiências sejam inseridos nas escolas, começando pelo próprio ambiente escolar. A escola necessita de profissionais capacitados para trabalhar com cada tipo de necessidade e um ambiente que possa abrigar todos os estudantes de maneira satisfatória. Ainda na perspectiva de Lazzaretti e Freitas (2016), cabe à escola garantir às famílias a participação no processo de Inclusão, tendo em vista que a família é o primeiro e mais importante agente socializador para o desenvolvimento da criança, pois, é

neste contexto que ela cresce, expõe seus sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições. É através da família que ocorre a inserção do sujeito na sociedade.

Segundo Dessen e Polonia (2007) a família é o primeiro ambiente de socialização do indivíduo, sendo considerada a primeira instituição social, que busca assegurar o bem-estar de seus membros, incluindo a proteção da criança. É o lugar onde a criança vai construir valores, ideias, crenças e significados presentes na sociedade. Desta forma, podemos compreender que a família tem um impacto significativo no comportamento de seus membros, em especial das crianças que aprendem a ver o mundo de inúmeras maneiras, de existir e de construir suas relações sociais.

Neste sentido, a participação da família na escola é de fundamental importância para a resolução de diversas problemáticas referentes ao desempenho do aluno com deficiência (Daneluz, 2008). Ainda nessa perspectiva, Dessen e Polonia (2007) sugerem que, para compreender os processos de desenvolvimento do sujeito, é preciso focar no contexto familiar e escolar, considerando suas inter-relações. A escola e a família proporcionam ambientes de desenvolvimento e aprendizagem, dessa forma, ambas podem ser propulsoras e/ou inibidoras dos sujeitos em processo de formação social e escolar.

Dessas acepções pode-se destacar que:

As questões teóricas do processo de Inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores da área de Educação Especial, no entanto, pouco se tem feito no sentido de sua aplicação prática. O como incluir tem se constituído a maior preocupação de pais, professores e estudiosos, considerando que a inclusão só se efetivará se ocorrerem transformações estruturais no sistema educacional. (MIRANDA, 2004, p.7).

Busca-se uma educação para todos, centrada no respeito e na valorização das diferenças, proporcionando a diversidade em busca de uma educação de qualidade. Nesse modelo, as escolas devem se adequar às necessidades dos alunos e não os alunos, às necessidades das escolas, assim, é possível garantir aos estudantes, a participação ativa dentro da sala de aula e a atuação como verdadeiros cidadãos participantes da vida em sociedade.

Nota-se que o princípio fundamental da inclusão está no respeito à diversidade. Os professores, pais e os próprios alunos são de fundamental importância no processo de aprendizagem. Para isso, a escola precisa mudar sua postura diante da Educação Especial e da Inclusão, pois é necessário reformular as suas ações e práticas pedagógicas. Também é dever da escola não apenas contratar profissionais capacitados, mas também promover formações continuadas, que possibilitem o ensino às crianças com necessidades educacionais especiais.

## 2.2 A escola diante do desafio da educação inclusiva

A inclusão escolar está diretamente relacionada às ações políticas, pedagógicas, culturais e sociais. Essa junção torna possível a interação de crianças com deficiências com outras que não possuem, convivendo no mesmo ambiente escolar, aprendendo e respeitando as diferenças. (BRAGA, 2012).

Sendo assim, a escola tem grandes desafios pela frente, pois deve promover o acesso e assegurar a permanência das crianças com deficiência, propondo mudanças na organização pedagógica da própria escola de modo que reconheçam e valorizem as diferenças de cada um. Um outro grande desafio enfrentado pela escola é a formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Sobre isso Xavier (2002) considera que

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (XAVIER, 2002, p. 19).

Neste sentido, a formação docente deve se basear no olhar ético em relação à diversidade, às diferenças e à deficiência de cada um. É importante destacar que o professor deve reconhecer-se como ser social, histórico e cultural e considerar que as suas construções devem ponderar o existir o ser do outro. Esse profissional também deve pensar que sua formação precisa estar voltada não apenas para deficiências, mas também na educação inclusiva como um todo, considerando as relações de gênero e as situações de vulnerabilidade humana e social.

Nessa perspectiva, a formação continuada do professor é imprescindível e deve ser um compromisso dos sistemas de ensino com a inclusão, assegurando que estes, sejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas pedagógicas que sejam capazes de responder às singularidades de seus alunos de forma efetiva, incluindo aquelas evidenciadas por aqueles que possuem deficiências. Além de uma formação adequada, é necessário que o professor compreenda sua participação no processo de inclusão. Lima (2006) aponta que

É essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças (p. 123).

Neste sentido, as escolas devem estar preparadas para receber e educar a todos os alunos, e não somente os com necessidades especiais. Mas para que a inclusão seja vista de

outra maneira pela sociedade é necessário que as mudanças comecem pelo sistema educacional. Assim,

Torna-se importante pontuar que a educação inclusiva não se faz apenas por decreto ou diretrizes. Ela é construída na escola por todos, na confluência de várias lógicas e interesses sendo preciso saber articulá-los. Por ser uma construção coletiva, ela requer mobilização, discussão e ação organizacional de toda a comunidade escolar, e encaminhamentos necessários ao atendimento das necessidades específicas e educacionais de todas as crianças. (BRUNO, 2006, p. 16).

De acordo com Ferreira (2018), a educação inclusiva adentra nas escolas buscando acabar com essa divisão entre os alunos com deficiência e aqueles que não apresentam nenhuma. Assim os alunos com deficiência passam a conviver e se integrar no meio social, conhecendo situações diversas, e vivenciando os aprendizados necessários ao seu desenvolvimento enquanto cidadãos que tem sonhos e projetos futuros. Neste sentido, para que a educação inclusiva aconteça de forma real, a escola precisa ter apoio intersetorial das secretarias municipais de Assistência Social e Saúde que, por sua vez, atende a secretaria de Educação e acompanha os profissionais da educação e os alunos com deficiências.

É necessário apresentar a importância do Projeto Político Pedagógico<sup>1</sup> da escola diante da proposta de uma educação para todos. De acordo com Drago (2011 apud BEYER, 2006), não se pode visar somente uma reorganização formal ou se embasar em concepções de homem, mundo e sociedade, estanques e desvinculadas da heterogeneidade, e sim imprimir uma qualidade e uma nova visão a todo contexto vivido, buscando o envolvimento e a participação de todos os educandos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), proporciona muitas reformulações para amparar a escola nessa caminhada, auxiliando para que esta se torne apta a ensinar todas as crianças, acabando, assim, com o preconceito. Entretanto, para que as barreiras sejam derrubadas, é preciso que um longo caminho seja trilhado para proporcionar o aprendizado de todos os alunos, sejam eles com necessidades educacionais especiais ou não.

Dessa maneira, as escolas devem atender todas as crianças e garantir o aprendizado de sem nenhum tipo de discriminação. Para que os objetivos do processo de inclusão sejam alcançados, mudanças são necessárias dentro do contexto escolar e estas, só podem ser realizadas através da reflexão comprometida e responsável dos envolvidos frente à realidade que envolve a educação inclusiva.

---

<sup>1</sup> O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da instituição de ensino. Também conhecido apenas como projeto pedagógico, é um documento que deve ser produzido por todas as escolas com o objetivo de orientar as práticas educacionais durante todo o ano letivo, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

### **2.2.1 O AEE no enfrentamento aos desafios da educação inclusiva**

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define o Atendimento Educacional Especializado - AEE com função complementar e/ou suplementar à formação dos alunos, especificando que o “atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (MEC/SEESP, 2008, p.15).

De acordo com o MEC/SEESP (2008), o serviço do AEE é voltado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e poderá ser ofertado em classes, escolas ou serviços especializados, sendo complementar ou suplementar à escolarização dos alunos matriculados em classes comuns de ensino regular. O decreto nº 6.571/2008, no art. 5º, explica que o AEE é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, assegura o direito do aluno ao Atendimento Educacional Especializado quando for necessário, para que este possa ser atendido em suas particularidades e necessidades. Quando não for possível matricular nas classes comuns, esse atendimento deverá ser realizado por meio do serviço de apoio especializado, considerando que não basta apenas incluir este aluno com deficiência em uma sala de aula, pois, além das adaptações físicas é necessário que a escola ofereça um atendimento paralelo às aulas regulares para que a criança possa de fato promover suas potencialidades e garantir sua integração dentro e fora da escola.

É de suma importância que haja uma articulação entre o AEE e a sala comum para o desenvolvimento do educando. Vale ressaltar que o professor da sala comum é o responsável pelo ensino/aprendizagem do aluno e cabe ao professor do AEE conhecer o que o aluno sabe em função de sua experiência de vida, realizando assim, um trabalho articulado.

Dessa forma, o AEE é de fundamental importância para que a educação inclusiva aconteça, pois trabalha as necessidades do aluno, respeitando as peculiaridades e os ritmos de aprendizagem de cada um, desenvolvendo a autonomia, além de favorecer a compreensão de conhecimentos relacionados à aplicação de situações de vida diária, contribuindo para o desenvolvimento de suas potencialidades. Neste sentido, compreendemos que o AEE é uma forma de garantir que o educando com deficiência tenha acesso a um conjunto de apoios e de recursos que minimizem as dificuldades enfrentadas.

### 2.3 O papel do professor na educação inclusiva

A educação inclusiva é um desafio para os professores, pois os fazem repensar a prática profissional, cultura, política e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura receptiva diante da singularidade que irão encontrar, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno (ROCHA, 2017).

De acordo com Rocha (2017), é um grande desafio dos professores o processo de inclusão dos alunos com deficiências, pois cabe a eles elaborarem novas propostas de ensino em sala de aula e ser o agente facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Ainda segundo o autor, cabe aos professores ter novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações com as quais se deparam. Vale ressaltar ainda a necessidade de pensar um planejamento recorrente e discursivo para auxiliar na construção de uma proposta inclusiva que gere mudanças significativas.

Para que uma escola atenda adequadamente a alunos com características, potencialidades e ritmos diferentes de aprendizagem, faz-se necessário que os profissionais de educação, principalmente os professores, estejam capacitados para exercer essa função, atendendo as necessidades de cada educando.

Segundo Rocha (2017), a formação continuada é uma possibilidade de construção de propostas inclusivas, pois, permite aos profissionais repensar a educação e analisar a prática docente com a intenção de criar espaços para a reflexão coletiva, atendendo ao princípio de aceitação das diferenças que sempre prioriza a valorização do outro.

Diante das necessidades especiais educacionais, o papel do professor é de suma importância na inclusão, visto que este é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM *et. al*, 2005, p.51).

Nessa perspectiva, os professores são mediadores do conhecimento e devem ser capazes de analisar os domínios dos alunos, bem como as diferentes necessidades e demandas no processo de aprendizagem, elaborando atividades e definindo formas de avaliar os alunos, para que as informações sirvam para aprimorar o atendimento daquelas com maiores dificuldades. Neste sentido, os professores precisam pensar na educação como um todo. Rocha (2017, apud Farfus 2008), destaca que

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação

aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático. (ROCHA, 2017 apud FARFUS, 2008, p. 30)

Neste sentido, para que a educação inclusiva aconteça em sala de aula é necessário que os professores compreendam a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais com foco nas possibilidades, elaborando atividades variadas, dando ênfase ao respeito, às diferenças e às inteligências múltiplas. Além disso, o professor deve planejar suas aulas baseando-se no conhecimento prévio do aluno, de forma dinâmica e interativa, garantindo que o aluno seja o protagonista na construção do seu próprio conhecimento. Para isso, deve recorrer ao trabalho em equipe, favorecendo a quebra de paradigmas, proporcionando a interação e o acesso de todos às oportunidades dentro da sala de aula.

Segundo Rocha (2017, apud Minetto 2008, p.101), para melhor resultado nas intervenções e construção da aprendizagem “o professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores”, pois essa antecipação preparatória pode possibilitar maior reflexão em relação aos trabalhos práticos e aos resultados alcançados.

Entendemos que o papel do professor na educação inclusiva envolve o desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais do aluno a partir de um plano de aula que contemple toda a turma, sem distinção. Além disso, é imprescindível que o educador estimule o aluno, comemorando as pequenas conquistas, pois quando o educando percebe que possui capacidade para executar determinadas tarefas, adquire autoconfiança e passa a se sentir capaz de vencer qualquer desafio.

Dessa maneira, acreditamos que pensar a educação a partir de seu papel social é elemento primordial para que os alunos compreendam o sentido de construção do conhecimento, da ética, da estética e da democracia. Nesse processo de mediação, o professor é de fundamental importância, visto que, é a ele que cabe o papel de fazer as intervenções na construção do conhecimento do aluno em sala de aula e, por isso, é importante que acredite na capacidade do aluno e busque estratégias que auxiliem no seu desenvolvimento.

Em vista disso, é preciso que o professor, mediador e agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem, esteja capacitado e preparado para os desafios da educação inclusiva, sendo indispensável possuir a consciência a respeito da clareza teórica que instiga o profissional, que é passivo de erros, e que o faz buscar subsídios e estratégias pedagógicas adequados para compreender como ensinar aos alunos com deficiências.



### **3. METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi realizada com base em dados secundários, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica e exploratória de caráter qualitativo.

De acordo com Furasté (2007), a pesquisa bibliográfica baseia-se fundamentalmente no manuseio de obras literárias impressas ou capturadas via internet. Para o autor, quanto mais completas e globalizadas forem às fontes bibliográficas consultadas, melhores serão os resultados e, conseqüentemente a pesquisa alcançará maior profundidade.

Dessa forma, para o desenvolvimento desse estudo, foram realizadas coletas de dados a partir de pesquisas bibliográficas sobre o tema, incluindo livros, dissertações, artigos e sites de internet. Todas as fontes aqui mencionadas foram fundamentais para a elaboração dessa pesquisa.

Já a pesquisa exploratória é aquela que busca aprimorar informações sobre o estudo em questão. Para Vergara (2010), a pesquisa qualitativa tem como objetivo explorar um ambiente, visando o levantamento de informações para definição de problemas e oportunidades de melhorias.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular e contou com o embasamento teórico estruturado com base em autores como Rocha (2017), Dessen e Polonia (2007), Brasil (2007), Bruno (2006), Miranda (2004), Michels (2013), Lima (2006), Ferreira (2018), Fernandes (2019) e outros que abordam assuntos relacionados ao tema. Tais estudos nos levam a perceber que a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é vista como um avanço nas políticas de inclusão. Entretanto, muitas escolas ainda não estão preparadas em sua totalidade para receber esses alunos e garantir uma aprendizagem efetiva, necessitando mudar a postura diante da Educação Especial e da Inclusão a partir da reformulação de suas ações e práticas pedagógicas.

A educação inclusiva não se restringe à sala de aula. Ela precisa fazer parte de um projeto político pedagógico que valoriza a participação ativa dos diferentes atores sociais presentes na escola. Com o apoio necessário, as escolas terão condições de implantar as transformações necessárias para a construção de ambientes inclusivos que atendam a todos os alunos e garantam o aprendizado sem nenhum tipo de discriminação.

Para que a inclusão de fato aconteça, as escolas precisam estar capacitadas para receberem seus alunos num ambiente organizado que ofereça programações diferenciadas, material pedagógico diversificado e, principalmente, um clima de aceitação das diferenças interpessoais. É fundamental que os professores participem de formações que os preparem para ser capazes de encontrar metodologias de ensino e recursos que assegurem êxito na tarefa de atingir os objetivos curriculares básicos propostos aos alunos com deficiência.

Diante das reflexões realizadas, este estudo evidenciou processos importantes que perpassam a educação inclusiva e indicam a necessidade do acompanhamento e avaliação das políticas adotadas, bem como a qualificação dos professores, de toda equipe educacional e a participação da família no sentido de garantir que as escolas assegurem, efetivamente, o sucesso dos alunos.

Percebe-se que muitos são os desafios e as dificuldades enfrentadas, pois as escolas precisam ensinar todas as crianças de uma forma global. Ressaltamos aqui, a importância da parceria entre a escola e a família, pois, nesse processo toda comunidade escolar é beneficiada. A inclusão veio romper com os paradigmas da escola tradicional e busca uma nova maneira de ensinar para todos. Sabemos que ainda temos um longo caminho a ser trilhado, mas já conseguimos perceber diversos avanços nas políticas públicas e nas leis implementadas pois a escola precisa ser igualitária para todos os alunos.

## 5. REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados.** Revista Brasileira de Educação Especial. [online]. 2011, vol.17, n.spe1, pp. 59-76. Disponível em: <www.scielo.org.>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação e Secretária de Educação Especial.** Grupo de trabalho. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial.** Nota Técnica – seesp/gab/nº 11/2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

DANELUZ, Mariluci. **Escola e família: duas realidades, um mesmo objetivo.** In: I Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia. Cascavel: Unioeste, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2011.pdf>> Acesso em 20 dezembro de 2020.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Ribeirão Preto: Paidéia. Vol. 17. n. 36. Jan/Abr. 2007. Disponível em: <[http://ww.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2007000100003](http://ww.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003)>. Acesso em 23 dezembro de 2020.

DIAS, Tércia Regina da S. **Porque uma revista de Educação Especial: o início.** Marília. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 9, n. 1, Jan-Jun. 2003.

DRAGO, Rogério. **Projeto Político Pedagógico e Inclusão Escolar: um diálogo possível. 2011.** Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:sU4jhvtrW4kJ:https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0459.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

FERNADES, Meira. **Avanços e desafios da educação inclusiva no Brasil.** Jun 06, 2019. Disponível em: <https://www.meirafernandes.com.br/noticia/7281/avancos-e-desafios-da-educacao-inclusiva-no-brasil>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

FERREIRA, F. Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 20 dezembro de 2020.

FRANÇA, Luísa. **O que é o Projeto Político Pedagógico (PPP).** 27 de jan de 2020. Disponível em: [https://www.somospar.com.br/saiba-o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico/#:~:text=O%20Projeto%20Pol%C3%ADtico%20Pedag%C3%B3gico%20\(PPP\)%20%C3%A9%20um%20instrumento%20que%20reflete,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20\(LDB\)](https://www.somospar.com.br/saiba-o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico/#:~:text=O%20Projeto%20Pol%C3%ADtico%20Pedag%C3%B3gico%20(PPP)%20%C3%A9%20um%20instrumento%20que%20reflete,da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20(LDB).). Acesso em: 02 de janeiro de 2021.

FREITAS, Soraia Napoleão: **Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa.** Inclusiva. Revista da Educação Especial. Brasília, Ano 2, no 3, dez/2006.

LAZZARETTI, Beatriz. FREITAS, Alciléia Sousa. **Família e escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências.** Caderno Intersaberes. vol. 5, n.6, p.1-13. Jan/dez. 2016. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:74p5CrHv6UUJ:https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/intersaberes/article/download/376/381+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; BRAY, Cristiane Toller; ROSSATO, Solange Pereira Marques. **Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.15, n.2, maio/ago. 2009. Disponível em: [www.scielo.org/](http://www.scielo.org/). Acesso em: 20 de maio de 2020.

LIMA, Priscila Augusta, 1957. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo: Avercampo, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Marília. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 11, n. 33, Set-Dez. 2006.

MICHELS, Lísia Regina Ferreira. **A Educação Inclusiva na Perspectiva dos Professores do Ensino Fundamental.** XI congresso Nacional de Educação EDUCERE, 2013. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10083\\_6200.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10083_6200.pdf). Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira **O Papel do Professor na Educação Inclusiva.** Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez 2017. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021

RODRIGUES, David; NOGUEIRA, Jorge. **Educação Especial e Inclusiva: fatos e opções.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 17, no1, jan - abr. 2011.

RODRIGUES, David. **Dez Ideias (Mal) feitas sobre a Educação Inclusiva.** In: \_\_\_\_\_. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006, p. 299-318.

SANTOS, Thiffanne Pereira dos. REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação Especial: da Segregação a Inclusão?** In: IV Semana de Integração: XIII Semana de Letras, XV Semana de Pedagogia e I Simpósio de Pesquisa e Extensão (SIMPEX). 2015. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/semintegracao/article/view/5008/2845>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.